

---

## **Fitoterapia na Atenção Primária: estudo preliminar do processo de implantação da Farmácia Nativa no município de Belém-Pará**

### **Phytotherapy in Primary Care: preliminary study of the implementation process of Farmácia Nativa in the municipality of Belém-Pará**

---

**Jordana Lorrane Silva da Silva**ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8422-2499>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [jordanalorrane@hotmail.com](mailto:jordanalorrane@hotmail.com)**Ana Cristina Baetas Oliveira**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8121-2221>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [crisbaetas@ufpa.br](mailto:crisbaetas@ufpa.br)**Flávia Letícia Silva Moraes**ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9469-9564>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [fleticiasmoraes@gmail.com](mailto:fleticiasmoraes@gmail.com)**Rafael Ribeiro Cabral**ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2144-8434>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [rafarcabral@hotmail.com](mailto:rafarcabral@hotmail.com)**Marcos Valério Santos da Silva**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7824-0042>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [marcoasilva@ufpa.br](mailto:marcoasilva@ufpa.br)**Janaina Gell de Pontes Vieira**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2055-859X>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [janainagellvieira@gmail.com](mailto:janainagellvieira@gmail.com)**Marcieni Ataíde de Andrade**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5875-695X>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [marcieni@ufpa.br](mailto:marcieni@ufpa.br)

---

### **RESUMO**

Farmácias Vivas apresentam como finalidade oferecer assistência na prática da fitoterapia por meio da promoção do uso seguro de plantas medicinais. A pesquisa elaborou através de metodologia descritiva, um fluxograma dos processos para acompanhar a implantação desse programa. No início do projeto foi necessário a constituição de uma equipe multiprofissional. O primeiro eixo do programa foi a seleção, nesta etapa foi essencial realizar um diagnóstico situacional para identificar o perfil epidemiológico e demográfico da população; no caso de Belém foram selecionadas sete espécies medicinais. Posteriormente, foi verificadas as possibilidades de locais para os seguintes eixos: cultivo, beneficiamento, preparação e o controle de qualidade. Os produtos finalizados serão distribuídos em sete distritos de Belém, nas unidades que estarão disponíveis para dispensação aos usuários do SUS. O eixo que perpassa por todo processo é a capacitação, ocorrendo do início ao fim do processo, fundamental para garantir a qualidade do serviço. Desta forma, observa-se a necessidade de um planejamento de cada etapa, com a finalidade de minimizar erros e contornar obstáculos que poderiam dificultar a realização das atividades planejadas.

**Palavras-chave:** Fitoterapia; Plantas medicinais; Sistema Único de Saúde.

---

## ABSTRACT

Farmácias Vivas aims to offer assistance in the practice of herbal medicine by promoting the safe use of medicinal plants. The research developed, using descriptive methodology, a flowchart of the processes to monitor the implementation of this program. At the beginning of the project, it was necessary to create a multidisciplinary team. The first axis of the program was selection, at this stage it was essential to carry out a situational diagnosis to identify the epidemiological and demographic profile of the population; in the case of Belém, seven medicinal species were selected. Subsequently, the possibilities of locations for the following axes were verified: cultivation, processing, preparation and quality control. The finished products will be distributed in seven districts of Belém, in units that will be available for distribution to SUS users. The axis that runs through the entire process is training, occurring from the beginning to the end of the process, essential to guarantee the quality of the service. In this way, there is a need for planning at each stage, with the aim of minimizing errors and overcoming obstacles that could make it difficult to carry out the planned activities.

**Keywords:** Phytotherapy; Medicinal plants; Unified Health System

---

## INTRODUÇÃO

A fitoterapia é uma prática de uso de plantas medicinais, transmitida oralmente em cada realidade local, de geração para geração, exercendo papel na manutenção da saúde dos povos como recurso terapêutico (Brasil, 2012). Para milhões de pessoas, as plantas e os tratamentos tradicionais representam a principal fonte de atenção à saúde e às vezes a única disponível (Organização Mundial de Saúde (OMS), 2013).

Na década de 70, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional, desde então, em vários comunicados e resoluções, expressa o seu compromisso em incentivar seus Estados-membros a implantarem políticas públicas para uso racional e integrado da medicina complementar nos sistemas nacionais de saúde (Brasil, 2009; Batista, 2018).

Inspirado nos princípios defendidos pela OMS, idealizou-se o exitoso modelo de Farmácia Viva (FV), criada em 1983, pelo Professor Dr. Abreu Matos. Essa iniciativa foi desenvolvida, como um projeto pioneiro, dentro de uma instituição de ensino e mantém-se como modelo até os dias atuais (Brasil, 2016a; Matos, 1998).

Dentro deste contexto o governo brasileiro aprovou, em 2006, duas políticas que foram inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS): a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) por meio da Portaria nº 971 de 3 de maio (Incluindo a Fitoterapia) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) em 22 de junho por meio do Decreto nº 5.813 (Brasil, 2006a, 2006b). Ambos instrumentos legais abordam em suas diretrizes a importância da valorização do conhecimento tradicional e o respeito às práticas culturais de cura e manutenção da saúde.

Neste cenário, o programa FV veio atender o que foi proposto pela PNPMF,

desempenhando um importante papel para a promoção da saúde e na valorização da biodiversidade nacional, sendo responsável pela inserção da Fitoterapia no SUS de forma segura (Brasil, 2006c).

A FV, é instituída em 2010 pelo Ministério da Saúde (MS), dentro da esfera do SUS podendo estar sob gestão municipal, estadual e federal, sendo responsável por realizar todas as etapas da cadeia produtiva como: o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento, a manipulação e, por fim, a dispensação de plantas medicinais (Brasil, 2010a).

No estado do Pará, no ano de 2010, foi elaborado o Decreto Nº 2.618 que aprovou a Política Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos do Pará. Efetuou-se essa provisão analisando a necessidade de viabilizar e discutir sobre ações que incentivassem o desenvolvimento de tecnologias e inovações, garantindo o acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no estado (Governo do Estado do Pará, 2010).

O município de Belém obteve uma experiência exitosa do projeto intitulado Farmácia Nativa, iniciado em 1998, onde diferentes atores e instituições somaram esforços para sua realização (Costa, 2005). No entanto, o programa foi desarticulado, por mudanças na gestão e falta de financiamento, impactando na sua continuidade.

Em 2018, foram adicionados nove medicamentos fitoterápicos na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) e implantado as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) através da Portaria nº 115/2021 (Belém, 2018; 2021). Desse modo, esses atos administrativos foram um marco inicial para influenciar a reestruturação da Farmácia Nativa no município.

Atualmente, nove distritos administrativos compõem a rede municipal de saúde, porém somente dois apresentam o serviço de Fitoterapia como PICS, o distrito de Mosqueiro e o do Guama. A Unidade Municipal de Saúde (UMS) do Jurunas, localizada no Guama, é a pioneira no Pará na implantação do consultório farmacêutico e foi modelo de referência do programa municipal das PICS (Da Silva; Da Silva Reis; Damasceno, 2022; Belém, 2018).

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo descrever o processo inicial de implantação da Farmácia Nativa como recurso terapêutico na rede municipal de Atenção Primária à saúde em Belém-PA.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho é de natureza técnica e científica, empregou metodologia

descritiva, e utilizou como instrumentos de planejamento a ferramenta plano de ação 5W2H e o fluxograma de processos para acompanhar a implantação do programa Farmácia Nativa no município de Belém-PA.

Conforme Da Costa Ferreira, Da Silva e Miyashiro (2017), existe um conjunto de técnicas utilizadas com o objetivo de analisar, definir, mensurar e construir soluções para problemas. Os instrumentos podem auxiliar na análise de situação de saúde e na resolução de questões administrativas e organizacionais. Normalmente, são aplicados de formada combinada, com a finalidade de direcionar o trabalho, com foco na busca e eliminação de problemas.

O 5W2H é um instrumento que auxilia na análise e no conhecimento sobre um determinado processo, problema ou conduta. Com isso, a técnica consiste em aplicar as sete perguntas (*what* (o que?), *who* (quem?), *where* (onde?), *why* (por quê?), *when* (quando?), *how* (como?), *how much* (quanto custa?) sobre a temática a ser estudada. Portanto, essa matriz funciona como mapeamento de atividades e de ações associadas a questões para facilitar a definição do plano de ação, podendo ser indicada para gestão de serviços de saúde e para a implantação de projetos (Volpato, 2016; Da Costa Ferreira; Da Silva; Miyashiro, 2017; Furtado, 2021).

Associadamente, o fluxograma consiste em mapear os fluxos e os processos de trabalho por meio de uma representação gráfica, tornando-se uma ferramenta visual para uma melhor reflexão da equipe. Sendo assim, utiliza de alguns símbolos padronizados universalmente, tais como: 1) O desenho de uma elipse, representando a entrada ou o início de um determinado fluxo, bem como o seu fim; 2) O retângulo, como a etapa de produção das ações ou o consumo de recursos e produção de produtos; 3) O losango, para representar momentos de escolha e possibilidades de encaminhamentos a serem seguidos (Franco, 2003; Da Costa Ferreira; Da Silva; Miyashiro, 2017).

Primordialmente, para a criação da representação gráfica e discussão da temática estudada realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), PubMed, Google Acadêmico e também em livros de referência da área. Os descritores utilizados na busca englobaram: plantas medicinais, fitoterapia, atenção primária, Farmácia Viva e SUS.

No decorrer do trabalho foram selecionados diversos documentos que apresentavam a capacidade discutir os diferentes aspectos envolvidos com a temática. A

partir dessa pesquisa estabeleceram-se os tópicos para a elaboração do fluxograma proposto através da plataforma *online* Canva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste contexto, o MS tem apoiado as Secretarias Estaduais e Municipais por meio de editais publicados anualmente para estruturação das FV. Com isso, diversas regiões do país têm sido contempladas com recursos de capital e custeio para implantação e consolidação da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos a partir da aprovação de projetos.

Para a implantação do projeto de FV é necessário a definição de uma equipe multiprofissional comprometida, sendo essa etapa de fundamental para a continuidade do programa. Posto isso, para operar é preciso seguir o plano de trabalho que apresenta os eixos temáticos como a seleção, cultivo, beneficiamento, preparação, controle de qualidade, dispensação e capacitação (Brasil, 2022).

Com isso, essas etapas devem ser projetadas para curto, médio e longo prazo visando a autonomia do programa e atender os requisitos do edital do MS, financeiramente e em relação aos recursos humanos, quando o mesmo finalizar o investimento do órgão financiador. Por esse motivo, é importante que o programa de FV estabeleça parcerias e articulações com diferentes setores dentro do próprio município sede para garantir sua continuidade e sustentabilidade.

Dentro do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) do município, o projeto Farmácia Nativa foi elaborado conforme Edital SCTIE/MS Nº 03, de 05 de julho de 2022, que aborda as etapas necessárias para o processo seletivo de apoio a estruturação do programa, sendo aprovado e contemplado com financiamento para sua estruturação e implantação. Dessa forma, foi importante para o desenvolvimento do projeto revisar o Plano Municipal de Saúde (com seu diagnóstico situacional), realizar um diagnóstico do percentual de profissionais de saúde no município qualificados em Fitoterapia e analisar as Políticas Municipais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Rio Grande do Sul, 2021; Brasil 2022).

Com a finalidade de acompanhar e compreender o processo de implantação do projeto e sua adequada execução, segue alguns eixos necessários para estruturar o programa Farmácia Nativa no Município.

Na primeira etapa é necessária a escolha de profissionais capacitados para executar as atividades e engajados com a temática. À vista disso, a fitoterapia envolve

saberes que vão do cultivo até o preparo e utilização de plantas medicinais, podendo ser acompanhada por uma equipe multiprofissional (Barros *et al.*, 2022). Neste aspecto, a falta de um quadro amplo e diversificado pode posteriormente dificultar a elaboração de licitações para a aquisição de materiais específicos necessários para a instalação do projeto.

A Secretária Municipal de Saúde (SESMA) se responsabilizou pelo programa e criou uma equipe técnica de profissionais atualmente composta por um farmacêutico Coordenador do plano de trabalho do projeto de Estruturação da Assistência Farmacêutica de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS que também é Referência Técnica em Práticas Integrativas e Complementares, um agrônomo da Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), parceria pactuada através de um termo de cooperação técnica, e 7 estagiários responsáveis pelas ações de educação em saúde.

Conforme Matos (1998), para seu bom funcionamento, o projeto deve contar com a colaboração de três profissionais, cujas atividades na área são complementares: o médico, como responsável pela orientação do tratamento com plantas; o farmacêutico, como responsável por acompanhar o trabalho desde a etapa de coleta até a etapa final de controle de qualidade das plantas medicinais e fitoterápicos; o agrônomo, para orientar o processo de cultivo. Nesse cenário, o exercício desses três profissionais pode ser acompanhado por grupos auxiliares constituídos de enfermeiros, agentes de saúde, técnicos e jardineiros, em regime de trabalho orientado.

Para iniciar a implantação do programa deve-se atender ao eixo primário que seria a definição das espécies medicinais. Foram selecionadas sete plantas medicinais com base no Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, sendo elas: *Allium sativum* L. (Alho), *Aloe vera* (Babosa), *Alpinia zerumbet* (Gengibre-Concha), *Curcuma longa* L. (Açafrão), *Cymbopogon citratus* (DC) Stapf (Capim-limão), *Plectranthus barbatus* Andrews (Boldo-brasileiro) e *Zingiber officinale* Roscoe (Gengibre), sendo de baixa ou nula toxicidade com ações terapêuticas comprovadas cientificamente. Esta escolha foi embasada principalmente na lista de espécies contidas no Memento Fitoterápico, nas monografias e no Formulário Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira sendo adequadas para o ambiente de cultivo selecionado.

Outro fator direcionador para essa escolha foi o perfil epidemiológico, analisado através do TABNET observando as principais comorbidades de 2021. Como também, foram selecionadas algumas espécies para o cuidado da saúde mental, isso ocorreu pelo

fato de ser observado a necessidade no ano pós pandemia.

Dentro do programa de FV, a Farmácia Nativa pode escolher o que vai produzir no campo agrícola, sendo possível priorizar espécies nativas e endêmicas do Norte, valorizando a flora regional. Portanto, a oferta de produtos com base em plantas medicinais para comunidade passa a ser o reflexo de sua tradicionalidade e não apenas o repasse do fitoterápico produzido pela indústria a partir de matéria-prima essencialmente importada (Lorenzi; Matos, 2002 *apud* Nassif Neto, 2015; Barros *et al*, 2022).

Quadro 1- Ferramenta 5W2H do primeiro eixo

<b>Seleção</b>	
O que?	Selecionar as espécies de plantas adequadas para a utilização no projeto.
Por que?	<ul style="list-style-type: none"><li>• A seleção leva em conta a segurança terapêutica e eficácia da planta medicinal, baseadas na tradição de uso popular ou em pesquisas científicas que possam validá-las como medicinais.</li><li>• Além disso, pode-se considerar suas formas de preparação e administração.</li><li>• Selecionar, especialmente espécies vegetais presentes no Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, tendo em vista as condições para cultivo na localidade e a sua produtividade prevista.</li></ul> <p>(Lorenzi; Matos, 2002 <i>apud</i> Nassif Neto, 2015)</p>
Onde?	Município de Belém
Quando?	Do primeiro mês até o sexto.
Quem?	A equipe responsável pelo projeto e alguns colaboradores.
Como?	Pesquisando o perfil epidemiológico da população alvo que será beneficiado pelo programa.
Quanto custa?	É um tópico que está incluso nos valores do cultivo.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Posteriormente, o segundo eixo de estruturação é o cultivo, que deve ser realizado em um espaço adequado que seja afastado principalmente da poluição e esgoto, e também preferencialmente fique próximo ao local destinado para o beneficiamento, preparação e o controle de qualidade (Barros *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2023). Por isso, é importante observar a existência de um terreno para construção ou mesmo de alguma estrutura para adaptação, próprios do município que possa se adequar com legislação farmacêutica e sanitária (RDC 18/2013) e as suas especificidades.



O cultivo de plantas medicinais deve ser feito em áreas isentas de contaminação por metais pesados, resíduos de agrotóxicos ou qualquer outra substância química não-natural. Além disso, essas áreas devem estar situadas longe de rodovias de movimento intenso (pelo menos 2km) e de áreas industriais, pois os poluentes lançados no ar nessas regiões também podem depositar-se sobre as plantas e contaminá-las (Barros *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2023)

No planejamento foi idealizada uma parceria com a Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE), que está localizada na zona metropolitana de Belém, que disponibilizou em sua sede uma equipe composta por agrônomos e técnicos em agronomia, canteiros para cultivo de plantas medicinais e uma infraestrutura física para instalação da Farmácia Nativa de acordo com o modelo preconizado, que possuía as estruturas mínimas exigidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 18 de 2013 (Brasil, 2013). Nessa perspectiva, é importante relatar que a FUNBOSQUE realiza cultivo de plantas medicinais na sua rotina de atividades para fins acadêmicos, por esse motivo já tem estruturado o processo de compostagem, que possui sistema tecnológico no formato de QR code para matérias informativos sobre cada espécie vegetal cultivada.

Apesar de apresentar uma excelente estrutura para sediar o horto de plantas medicinais e já ter sido realizada as construções de canteiros para o cultivo das espécies selecionadas, devido a uma mudança na coordenação da instituição educacional a parceria estabelecida com o programa de implantação da Farmácia Nativa foi prejudicada. Nesta perspectiva, esse tipo de acontecimento é uma fragilidade para a sustentação e estruturação do programa. Portanto, o local destinado para essa finalidade ficou somente na UMS Paraíso dos Pássaros, ambiente que já estava previsto dentro do planejamento como uma extensão do programa na etapa de cultivo por disponibilizar canteiros prontos, atualmente nessa localidade estão sendo domesticadas quatro espécies medicinais.

A partir desse eixo, o tópico “quanto custa” será baseado nos valores mínimos e máximos preconizados no edital de chamada pública SCTIE/MS Nº 03 de 2022.

Quadro 2- Ferramenta 5W2H segundo eixo

<b>Cultivo</b>	
O que?	Cultivar as 7 espécies de plantas medicinais que foram selecionadas no horto do projeto Farmácia Nativa.
Por que?	A Farmácia Nativa deve ser construída em um ambiente adequado seguindo a legislação sanitária, através do cultivo orgânico e agroecológico, para garantir o abastecimento de fitoterápicos na rede municipal de saúde.



Onde?	UMS Paraíso do Pássaros e FUNBOSQUE
Quando?	Começa no início do programa e segue constante.
Quem?	agrônomo/ técnico agrícola e colaboradores
Como?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratar profissionais e serviços e adquirir insumos, materiais e equipamentos necessários para esta meta</li> <li>• Elaborar procedimentos padrão para o cultivo e manejo de plantas medicinais</li> <li>• Preparar área do horto, cultivar e colher espécies medicinais conforme procedimentos padrão</li> </ul>
Quanto custa?	R\$ 130.000,00- R\$ 200.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O próximo momento da estruturação é o eixo do beneficiamento, que ocorre após a colheita quando as plantas são encaminhadas para diferentes operações com o objetivo de minimizar a perda de qualidade e garantir as propriedades terapêuticas.

De acordo com a RDC nº 18/2013, é necessário ter infraestrutura adequada às atividades desenvolvidas na Farmácia Viva. Assim, deve-se organizar a Unidade de Produção de Droga Vegetal com áreas, salas ou locais com condições de atender as demandas específicas para a produção de droga vegetal. Estas áreas devem ser organizadas e dimensionadas de modo a seguir um fluxo adequado das atividades e prevenir contaminação cruzada. Embora receba material vegetal fresco, vindo diretamente do campo, deve ser um local limpo, bem arejado, protegido do sol e destinado apenas a produção de droga vegetal (Brasil, 2013).

Quadro 3- Ferramenta 5W2H do terceiro eixo

<b>Beneficiamento</b>	
O que?	O beneficiamento começa com a recepção, pré-limpeza, seleção, pesagem e lavagem para posterior processamento e transformação da planta medicinal/droga vegetal em preparados fitoterápicos.
Por que?	As etapas do beneficiamento envolvidas na produção da droga vegetal são importantes para a qualidade do produto final.
Onde?	UMS Paraíso do Pássaros e prever outro local
Quando?	Do sétimo mês do projeto (a partir do momento que começa a coleta) e segue constante
Quem?	Farmacêuticos responsáveis e os técnicos/colaboradores

Como?	Definir área de beneficiamento e os procedimentos padrões de acordo com a RDC nº 18 de 2013
Quanto custa?	R\$ 80.000,00- R\$ 110.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Logo após o processo de beneficiamento inicia o eixo de preparação. Dessa forma, é importante que a Farmácia Nativa siga as Boas Práticas de Manipulação de plantas medicinais e fitoterápicos, que podem ser analisados através das monografias e formulários encontrados na Farmacopeia Brasileira, além de existir outras referências de competências nacionais e internacionais reconhecidas pela Anvisa. A etapa de preparação de plantas medicinais pode parecer simples, porém é necessário ter alguns cuidados na manipulação para conseguir extrair os princípios ativos, responsáveis pelo efeito terapêutico.

Nesse sentido, a RDC nº 10/2010 representou avanço pela possibilidade da notificação de drogas vegetais, definindo regras quanto à posologia, indicação e controle da qualidade. Essa RDC permite o uso do infuso e/ou decocto, forma mais frequente utilizada pela população (Brasil, 2010b).

Com isso, tendo a finalidade de assegurar que os produtos vão ser consistentemente preparados e controlados, com os padrões de qualidade exigidos. Logo, o cumprimento das Boas Práticas de Preparação visa a diminuição dos riscos inerentes no processo de preparação de fitoterápicos que podem ocorrer por contaminação cruzada, contaminação por partícula e troca ou mistura de produtos (Rio Grande do Sul, 2021; Pereira *et al.*, 2023).

Quadro 4- Ferramenta 5W2H do quarto eixo

<b>Preparação</b>	
O que?	A preparação e manipulação de plantas medicinais e fitoterápicos será realizada com base nas Boas Práticas de Preparação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais, conforme RDC 18 de 2013, 2ª edição Formulário Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira e Farmacopeia Brasileira.
Por que?	Manipular e produzir garantindo a qualidade, segurança e efetividade do produto que será posteriormente disponibilizado.
Onde?	UMS Paraíso do Pássaros
Quando?	Do sétimo mês do projeto (a partir do momento que começa a coleta e o beneficiamento) e segue constante.

Quem?	Farmacêuticos responsáveis e os técnicos/colaboradores
Como?	Realização das preparações oficiais de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tintura de <i>Allium sativum</i>;</li> <li>• Gel de <i>Aloe vera</i>;</li> <li>• Preparação extemporânea de <i>Alpinia zerumbet</i>;</li> <li>• Tintura e Preparação extemporânea de <i>Curcuma longa</i>;</li> <li>• Preparação extemporânea de <i>Cymbopogon citratus</i>;</li> <li>• Tintura e preparação extemporânea de <i>Plectranthus barbatus</i>;</li> <li>• Tintura e preparação extemporânea de <i>Zingiber officinale</i> Roscoe.</li> </ul>
Quanto custa?	R\$ 210.000,00-R\$340.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O eixo do controle de qualidade é imprescindível para garantir que o paciente receba não só um medicamento eficaz, mas também seguro. Nesse sentido, para assegurar a qualidade do fitoterápico, a Farmácia Nativa deve possuir um sistema de garantia da qualidade que incorpore o que é descrito na RDC 18/2013, totalmente documentada e monitorada.

Nesse contexto, é necessário realizar o controle de qualidade em todas as etapas da manipulação do fitoterápico, considerando os procedimentos operacionais padrão, devidamente validados, bem como a realização dos ensaios de qualidade ao final de cada etapa operacional (Pereira *et al*, 2023).

Ademais, o programa vai ter parceria, de apoio técnico e científico, com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim sendo, a instituição prevê realizar estudos de controle de qualidade analítico, físico químico e fitoquímico nos Laboratórios da Faculdade de Farmácia. A Universidade, mas especificamente a Faculdade de Farmácia, tem como objetivo fortalecer projetos que beneficiam o SUS ampliando o acesso a formas de cuidado através das plantas medicinais.

Quadro 5- Ferramenta 5W2H do quinto eixo

<b>Controle de qualidade</b>	
O que?	Segundo a RDC 18/2013 é dever do controle de qualidade assegurar que os produtos e serviços estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos de acordo com métodos e ensaios farmacopeicos e a legislação sanitária para insumos, produtos manipulados/preparados e embalagens
Por que?	É necessário realizar o controle de qualidade nas etapas da manipulação do fitoterápico, considerando os procedimentos operacionais padrão,

	devidamente validados, bem como a realização dos ensaios de qualidade ao final de cada etapa operacional. Com isso, considerando que os fitoterápicos são utilizados na atenção à saúde, o controle de qualidade é importante para garantir que o paciente receba um medicamento eficaz e seguro.
Onde?	Faculdade de Farmácia (UFPA)
Quando?	Inicia no primeiro trimestre do projeto e segue constante.
Quem?	Farmacêuticos responsáveis e técnicos/ colaboradores
Como?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A amostragem de lote será encaminhada para a Faculdade de Farmácia/UFPA para realização do controle de qualidade da água potável, matérias primas, matérias primas vegetais e preparações de estoque mínimo.</li> <li>• Na Farmácia Nativa o farmacêutico responsável junto do técnico de farmácia irá realizar as análises de características organolépticas, densidade, pH, peso médio, aspectos visuais do produto, materiais de embalagem e monitoramento das condições ambientais das áreas envolvidas no processo, segundo procedimento operacional padrão.</li> </ul>
Quanto custa?	R\$ 110.000,00-R\$ 150.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Enfim, o objetivo final de uma Farmácia Viva é produzir fitoterápicos, assegurar e promover a utilização responsável destes pela população. Portanto, o eixo da dispensação, que está relacionado com a indicação e a supervisão do tratamento, deve ser realizado por um profissional de saúde devidamente treinado e habilitado, aumentando a chance de sucesso terapêutico e diminuindo os riscos de eventos adversos e interações medicamentosas (Pereira *et al.*, 2023; Barros *et al.*, 2022).

Sendo assim, primeiramente os fitoterápicos de preparação oficial serão distribuídos em uma unidade focal em cada distrito de Belém que funcionará como ponto de distribuição para as outras unidades de saúde do território. O programa irá beneficiar sete distritos administrativos de Belém com o objetivo de aumentar a cobertura das unidades de atenção primária à saúde sendo as seguintes unidades responsáveis pela dispensação para os usuários do SUS: UMS Jurunas, UMS Carananduba, UMS Satélite, UMS Outeiro, UMS Sacramento, UMS Paraíso dos Pássaros e UMS Icoaraci.

Quadro 6- Ferramenta 5W2H do sexto eixo

<b>Dispensação</b>	
O que?	Dispensar plantas medicinais e fitoterápicos, de acordo com as prescrições recebidas, realizando registros de dispensação em sistema.
Por que?	O objetivo final de uma Farmácia Viva é produzir fitoterápicos, assegurar e promover a utilização responsável destes pela população atendida
Onde?	Nas unidades municipais de saúde do Jurunas, Carananduba, Satélite, Outeiro, Sacramento, Paraíso dos Pássaros e Icoaraci que farão dispensação de plantas medicinais e fitoterápicos de preparação oficial originários do projeto para usuários do SUS.
Quando?	A partir do sétimo mês e segue constante.
Quem?	Os profissionais prescritores habilitados (médica, farmacêutica, odontológica, nutrição e enfermagem). De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) N <sup>o</sup> 585 de 29 de agosto de 2013 que regulamenta as atribuições clínicas e prescrição do farmacêutico na fitoterapia.
Como?	A prescrição da planta medicinal e do fitoterápico deverá ser realizada em receituário, contemplando a nomenclatura botânica do produto, forma farmacêutica seguida da denominação popular da planta medicinal, composição, posologia, modo de uso e a duração do tratamento (Brasil, 2013).
Quanto custa?	R\$ 70.000,00- R\$80.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O último eixo de estruturação para a Farmácia Nativa são as capacitações. Nesse sentido, é imprescindível àqueles que pretendem trabalhar com plantas medicinais que conheçam e cumpram a legislação pertinente. A organização e sistematização da legislação relativa à coleta, produção e comercialização tem sido objeto de constantes levantamentos e debates, pois as plantas medicinais são pouco contempladas diretamente nos diferentes cursos de graduação na área da saúde (Brasil, 2016b; Barreto, 2015a).

Dentro dessa perspectiva, a 12<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde, PNPICS e a PNPMF recomendaram a formação permanente em plantas medicinais para todos os profissionais de saúde, com o intuito de estimular a prescrição de fitoterápicos e medicamentos manipulados em geral (Brasil, 2006c, 2006d, 2016a).

Neste contexto, é importante que todos os profissionais envolvidos nas atividades do programa estejam incluídos em um plano de treinamento inicial e contínuo, elaborado

com base em um levantamento de necessidades (Brasil, 2013). Dessa maneira, a Farmácia Nativa iniciou um curso com a temática de educação pedagógica em plantas medicinais em parceria com a Escola Politécnica Joaquim Venâncio e o Departamento de Produtos naturais da Fundação Oswaldo Cruz, com a finalidade de construir um corpo técnico para as próximas capacitações.

De acordo com o estudo de Reis (2023), ao entrevistar 152 pessoas, concluiu que a efetividade da Fitoterapia na rede de atenção à saúde apresenta falta nas diretrizes operacionais, portanto ressalta a capacitação e a construção de um horto comunitário, como ponto fortalecedor para inserir a prática no SUS.

Quadro 7- Ferramenta 5W2H do sétimo eixo

<b>Capacitação</b>	
O que?	Todo o pessoal envolvido nas atividades da Farmácia Viva deve estar incluído em um programa de treinamento inicial e contínuo, elaborado com base em um levantamento de necessidades (Brasil, 2013)
Por que?	A prescrição de fitoterápicos e a supervisão do tratamento por um profissional de saúde devidamente treinado e habilitado pode aumentar significativamente as chances de sucesso terapêutico e, ao mesmo tempo, diminuir os riscos de eventos adversos e interações medicamentosas
Onde?	Local a definir
Quando?	Inicia no primeiro trimestre do projeto e deve seguir constante.
Quem?	Os facilitadores que ministrarão os treinamentos serão profissionais da prefeitura de Belém e Faculdade de Farmácia/UFPA
Como?	Realizar as atividades sobre o uso racional de plantas medicinais e Fitoterápicos, incluindo definição de temas, tipo de evento, carga horária, público-alvo, local, materiais de apoio, materiais a serem confeccionados e distribuídos, professores/palestrantes.
Quanto custa?	R\$ 100.000,00-R\$ 120.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O trabalho de Carnevale, Bandeira e De Barros (2021), identificou e questionou o fato de que apenas em uma Instituição de Ensino Superior apresenta a disciplina Fitoterapia no currículo obrigatório do curso de medicina. Além disso, a pesquisa constatou que uma das estratégias utilizadas pelos coordenadores das FV para ultrapassar as dificuldades financeiras é a realização de parcerias com Universidades.

Segundo a pesquisa de Barreto (2015b), os profissionais da saúde entendem que a principal dificuldade para implantar a fitoterapia na Atenção Primária é a questão política, dessa forma a motivação dos profissionais é afetada e interfere diretamente no êxito do projeto. Outro ponto importante abordado neste trabalho é que os profissionais da saúde entrevistados percebem a necessidade da capacitação e educação permanente dos membros das equipes de saúde.

Frente aos desafios no processo de implantação de uma Farmácia Viva dentro de um município pode ser levado em consideração alguns aspectos no que tange ao processo inicial de implantação, a serem observados entre eles: O prazo de vigência máxima de 30 meses (conforme o edital), começando a contar na data de rapasse dos recursos. Esse ponto pode ser considerado um aspecto de fragilidade para a implantação do programa pelo fato de existir um delongamento nos processos burocráticos e licitatórios para a estruturação, principalmente caso o local contemplado precise principiar a organização das instalações.

Nesta circunstância, acompanhar o processo de seleção até a produção de um produto a base de planta medicinal dentro de uma rede municipal com investimento mínimo é desafiador para uma equipe que muitas vezes não está desempenhando uma função com exclusividade, para realizar atividades no processo de estruturação e implantação, normalmente a equipe de multiprofissionais atua em diversas áreas influenciando nas etapas de funcionamento dos vários eixos temáticos.

Desse modo, Bianchi (2012) afirma que não basta fomentar recursos para edificação das instalações e estruturas físicas necessárias ao projeto, é preciso ter bem definido a fonte de recursos para manutenção do projeto, tendo antecipadamente uma estimativa de gastos. Também, é necessário mensurar ao longo prazo o impacto que o projeto pode causar e o acréscimo na melhoria do nível de saúde da população através de indicadores.

Por esse motivo, a PNPIC apresenta em uma de suas diretrizes a importância do acompanhamento e avaliação da inserção e implementação das plantas medicinais e a fitoterapia no SUS (Brasil 2006d). Assim sendo, é importante cadastrar a unidade de saúde e os profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES). Considerando que o SCNES é essencial na operacionalização dos Sistemas de Informação em Saúde, sendo determinante para um monitoramento eficiente e para o direcionamento de ações que fortaleçam as políticas e ampliem a atuação dessas equipes,



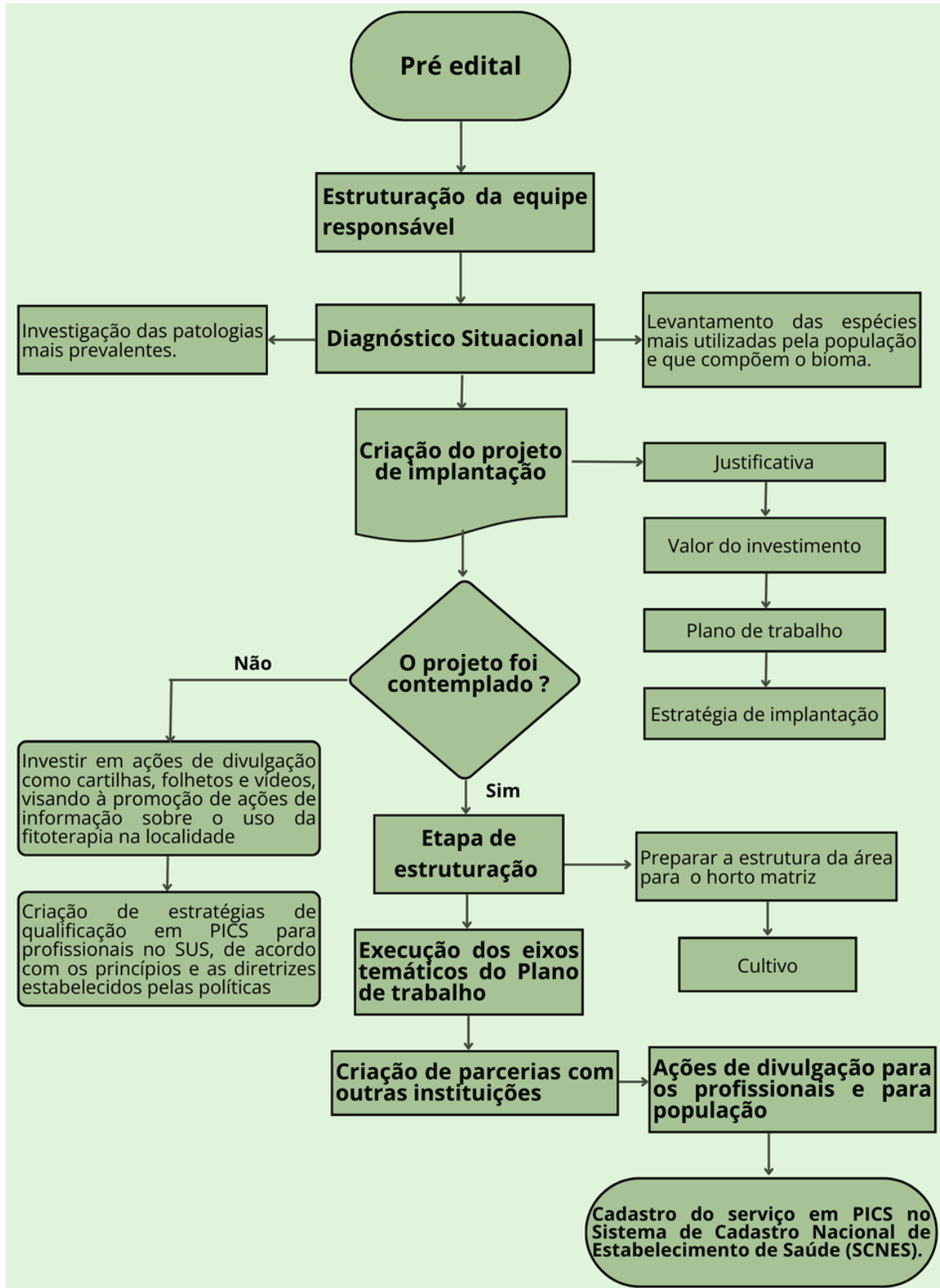
é imprescindível a atualização desses dados oficiais em busca de registros, entre outros, que confirmam clareza e efetividade na implantação das PICS nos municípios, assim como do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) (Brasil, 2018).

Em síntese, as informações coletadas na literatura no decorrer da pesquisa e com a finalidade de visualizar as etapas do processo de implantação da Farmácia Nativa foi elaborado um fluxograma conforme figura 1.

**Figura 1-** Fluxograma do processo de implantação da Farmácia Viva  
 Fonte: Elaborado pela autora (2024).

## CONCLUSÃO

Diante das informações expostas, dificuldades e fragilidades foram encontradas



no início e na execução do programa, como, o encontro da área adequada para o cultivo

das espécies selecionadas, recursos humanos reduzido, a participação dos profissionais, prazo curto disponível no edital para execução, mudanças na equipe, questões políticas e os estabelecimentos de parcerias entre as instituições participantes.

Ao acompanhar o processo de implantação constata-se que existe a necessidade de um planejamento de cada etapa a ser seguida, com a finalidade de minimizar eventuais erros e conseguir contornar obstáculos que poderiam dificultar a realização efetiva das atividades planejadas. Principalmente pelo fato da implantação está ocorrendo dentro de uma administração direta, sendo necessário desenvolver competências (técnicas, políticas e metodológicas) para ultrapassar as barreiras burocráticas da gestão pública.

Diante das considerações apresentadas, vale lembrar que a implantação da Farmácia Nativa no município de Belém-PA ainda está em andamento e por isso algumas alterações podem ocorrer nesse percurso. No entanto, esse projeto já pode ser considerado um acréscimo como recurso terapêutico que valoriza a cultura local e estreita o vínculo dos pacientes com as equipes de saúde. Além disso, ocorre também um resgate com a utilização de espécies regionais que apresentam validação científica e, com isso auxiliando no uso racional das plantas medicinais.

A utilização da metodologia do plano de ação 5W2H e do fluxograma conseguiu descrever e documentar, tanto os obstáculos quanto os êxitos do processo de implantação, podendo auxiliar na replicação por gestores e profissionais para a estruturação do programa da FV em outras localidades. Além, de contribuir com outros autores/profissionais através das estratégias estabelecidas na Farmácia Nativa em vislumbrar novas metodologias para a implantação do programa.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Benilson Beloti. **Fitoterapia como conteúdo nos cursos de graduação da área da saúde: importância para a formação profissional**. 2015a. 150 f., il. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) -Universidade de Brasília, Brasília, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.07.T.18613>.

BARRETO, Benilson Beloti; VIEIRA, Rita de Cássia Padula Alves. Percepção dos profissionais de saúde sobre a inserção da fitoterapia na atenção primária à saúde. **Revista de APS**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 191 – 198, 2015b.

BARROS, Nelson Filice de *et al.* **Modelagem farmácias vivas-jardins terapêuticos para implantação em serviços de atenção primária à saúde no SUS**. Recife: Fiocruz-PE: Bertolucci, 2022. 87 p. ISBN 978-65-996091-3-8.

BATISTA, Marina Ressorio. Panorama de acesso a plantas medicinais e a fitoterapia na atenção primária à saúde no município de Mineiros-GO. 2018. 38 p. Dissertação

(Mestrado em Nutrição e Alimentos) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BELÉM. Portaria, 1151, 02 de setembro de 2021. **Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em saúde-PMPICS-BELÉM**. Diário Oficial do município de Belém, ano LXXIII, n. 1151, 2021.

BELÉM. **Diário Oficial do Município de Belém nº 13.472, de 7 de março de 2018**. Relação Municipal de Medicamentos (REMUME). Belém, ano LIX, 2018.

BIANCHI, Randal Vinícius. **Farmácia da Natureza**: um modelo eficiente de farmácia viva. 2012. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos) - Instituto de Tecnologia de Fármacos – Farmanguinhos/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Curso de Qualificação em Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica – Etapa 2**: Botânica das plantas medicinais. 1. ed. Belém: [EditAEDi], 2016b. 42 p. ISBN 978-85-65054-39-3. *E-book*.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Curso de Qualificação em Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica – Etapa 5**: Marcos políticos, regulatórios e legais da Fitoterapia no Brasil. 1. ed. Belém: MS, 2016a. 27 p. ISBN 978-85-65054-42-3. *E-book*.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS**. 1. ed. Brasília: MS, 2018. 56 p. ISBN 978-85-334-2584-2.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas medicinais e Fitoterápicos**. 1. ed. Brasília: MS, 2006c. 60 p. v. B. ISBN 85-334-1092-1.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPI-C-SUS**. 1. ed. Brasília: MS, 2006d. 92 p. v. Série B. ISBN 85-334-1208-8.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Práticas integrativas e complementares**: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. 31. ed. Brasília: Cadernos de Atenção Básica, 2012. 156 p. v. Série A. ISBN 978-85-334-1912-4.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. 1. ed. Brasília: MS, 2009. 136 p. v. Série C. ISBN 978-85-334-1597-3.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução - RDC nº 10, de 9 de mar de 2010**. Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. Brasília, 2010b.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução (RDC) nº 18, de 3 de abr. de 2013**. Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais

e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Edital de chamada pública SCTIE/MS Nº 3 de 5 de julho de 2022**. Seleção de projetos de estruturação de Farmácias Vivas. Brasília: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 886, de 20 de abr. de 2010**. Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006a.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de jun. de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, 2006 b.

CARNEVALE, Renata Cavalcanti; BANDEIRA, Mary Anne Medeiros; DE BARROS, Nelson Filice. Fronteiras da implantação e implementação da Farmácia Viva no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

COSTA, Cristina Maria Maués da. Assistência farmacêutica no programa saúde da família em Belém-Pará: organização, desafios e estratégias de reestruturação. 2005.

DA COSTA FERREIRA, Simone Cristina; DA SILVA, Letícia Batista; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro. Técnico de Vigilância em Saúde. *In: PLANEJAMENTO em saúde. [S. l.: s. n.]*, 2017. v. 2, cap. 4, p. 137-164.

DA SILVA, Elizangela Maria Alves; DA SILVA REIS, Rangele Ferreira; DAMASCENO, Charliana Aragão. Práticas integrativas e complementares em saúde no município de Belém-PA/Brasil: perfil situacional da fitoterapia na unidade municipal de saúde do Jurunas. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, ed. 16, 24 jun. 2024.

FRANCO, Túlio Batista. O Uso do Fluxograma Descritor e Projetos Terapêuticos para Análise de Serviços de Saúde, em apoio ao Planejamento: O caso de Luz - MG. *In: O TRABALHO em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 161-198.

FURTADO, Maria Eduarda Rocha. Elaboração de fluxograma de processos para direcionar a implantação do programa Farmácia Viva no município de Marabá – PA. 2021. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Faculdade de Saúde Coletiva, Curso de Bacharel em Saúde Coletiva, Marabá, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Decreto nº 2.618, de 25 de novembro de 2010**. Aprova a Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Pará e dá outras providências. Belém Pará: Diário Oficial, ano CXIX, n. 31.799, p. 80, 25 nov. 2010.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas cultivadas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. 512 p.

MATOS, Francisco José de Abreu. **Farmácias vivas**: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 3ª. ed. rev. e atual. Fortaleza: UFC, 1998. 220 p. ISBN 85-7282-008-6.

NASSIF NETO, Mohamed Ahmed Abou. **Estudo para implantação de uma Farmácia Viva a partir do Horto de Plantas Medicinais e Tóxicas da FCFAr**. 2015. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia-Bioquímica) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp, Araraquara, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **WHO traditional medicine strategy: 2014-2023**. *World Health Organization*, 2013.

PEREIRA, Ana Maria Soares *et al.* **Farmácia Viva**: Tradicionalidade, Ética, Ciência, Tecnologia e inovação em saúde. 1. ed. Jardinópolis- SP: Bertolucci, 2023. 236 p.

REIS, Suelen dos Pasços. **Estudo da viabilidade técnica para implantação da fitoterapia no município de General Câmara/RS**. 2023. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC., Santa Cruz do Sul, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Atenção Primária e Política de Saúde. Nota Técnica Nº 01/2021. **ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE FARMÁCIAS VIVAS NO SUS/RS. Política Intersectorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**, Rio Grande do Sul, 2021.

VOLPATO, Luciana Fernandes *et al.* Gestão e avaliação da qualidade em serviços de saúde. *In: GESTÃO pública em saúde*: fundamentos e práticas. Organização de Antônio Carlos Pereira *et al.* Águas de São Pedro, SP: Livronovo, 2016. cap 15, p. 355-382. ISBN 9788580682144.